

COFINA, SGPS, S.A.

Capital Social: 25.641.459 Euros

Rua General Norton de Matos, n.º 68, Porto

Pessoa Colectiva n.º 502 293 225

COFINA, S.G.P.S., S.A.
(SOCIEDADE ABERTA)

Relatório do Conselho de Administração

CONTAS INDIVIDUAIS

30 de Junho de 2007

Senhores accionistas

Dando cumprimento ao disposto na Lei, vem o Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. (Sociedade Aberta) apresentar o Relatório de Gestão relativo à sua actividade individual do primeiro semestre do exercício de 2007.

A Cofina, S.G.P.S., S.A. elaborou contas consolidadas, sobre as quais o Conselho de Administração emitiu um pormenorizado relatório que será objecto de divulgação. Deste modo, considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é similar ao produzido para as contas consolidadas, reproduzindo-se no entanto algumas menções obrigatórias nos termos do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Acções próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 30 de Junho de 2007 a Cofina não detinha acções próprias não tendo adquirido ou alienado acções próprias durante o semestre.

Acções detidas pelos órgãos sociais da Cofina

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 30 de Junho de 2007, os administradores da Sociedade detinham as seguintes acções:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	3.085.746
Pedro Macedo Pinto de Mendonça	854.500
Domingos José Vieira de Matos	3.469.716
João Manuel Matos Borges de Oliveira (a)	} 4.580.000
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira (a)	

(a) – 4.580.000 acções correspondem ao total das acções da Cofina, S.G.P.S., S.A. detidas pela sociedade Caderno Azul – S.G.P.S., S.A., da qual os administradores João Manuel Matos Borges de Oliveira e Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira são accionistas.

Em 30 de Junho de 2007, os membros do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral não possuíam acções representativas do capital social da Cofina.

Participação no Capital da Sociedade

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16º e 20º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas na sede da sociedade até à data, são como segue:

Superior a 2% dos direitos de voto	Acções detidas em 30.06.2007	% directa de direitos de voto
Banco BPI, S.A.	4.936.874	4,81%
Caderno Azul, SGPS, S.A. (a)	4.580.000	4,47%
Millennium BCP – Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	3.787.800	3,69%
Santander Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	3.728.974	3,64%
Domingos José Vieira de Matos	3.469.716	3,38%
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	3.085.746	3,01%

(a) – 4.580.000 acções correspondem ao total das acções da Cofina, S.G.P.S., S.A. detidas pela sociedade Caderno Azul – S.G.P.S., S.A., da qual os administradores João Manuel Matos Borges de Oliveira e Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira são accionistas.

Superior a 5% dos direitos de voto	Acções detidas em 30.06.2007	% directa de direitos de voto
Ana Rebelo Mendonça Fernandes	6.256.340	6,10%
UBS AG, Zurique	6.040.000	5,89%

Superior a 20% dos direitos de voto	Acções detidas em 30.06.2007	% de direitos de voto
Cofihold, S.G.P.S., S.A.		
i) directamente	21.000.000	20,47%
ii) indirectamente, através dos seus administradores		
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		3,01%
Domingos José Vieira de Matos		3,38%
Pedro Macedo Pinto de Mendonça		0,83%
João Manuel Matos Borges de Oliveira (a)	}	4,47%
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira (a)		

(a) – 4,47% corresponde à participação total detida pela sociedade Caderno Azul – S.G.P.S., S.A., da qual os administradores João Manuel Matos Borges de Oliveira e Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira são accionistas.

A Cofina não foi notificada de quaisquer participações acima de 33% dos direitos de voto.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art. 21º do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que não existem dívidas em mora perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos concluir sem expressar o nosso agradecimento, reconhecendo a dedicação e empenho dos Colaboradores da Cofina. Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela colaboração prestada pelos restantes Órgãos Sociais, a qual é extensiva às Instituições Bancárias que connosco se relacionaram.

Porto, 6 de Setembro de 2007

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Presidente

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Pedro Macedo Pinto de Mendonça

Domingos José Vieira de Matos

Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira

COFINA, S.G.P.S., S.A.**BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2007		2006	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	461.818	461.818	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	107.494	103.888	3.606	-
Propriedade industrial e outros direitos	10	21.291	20.875	416	4.103
		<u>590.603</u>	<u>586.581</u>	<u>4.022</u>	<u>4.103</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento administrativo	10	166.503	146.511	19.992	29.039
Outras imobilizações corpóreas	10	99.204	90.929	8.275	11.725
		<u>265.707</u>	<u>237.440</u>	<u>28.267</u>	<u>40.764</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	269.126.529	24.996	269.101.533	47.151.265
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	146.900	-	146.900	156.900
Partes de capital em outras empresas	10 e 16	507.500	507.500	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	7.819.178	-	7.819.178	54.500.000
Outros empréstimos concedidos	10	2.500.000	2.500.000	-	-
		<u>280.100.107</u>	<u>3.032.496</u>	<u>277.067.611</u>	<u>101.808.165</u>
Circulante:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Empresas do grupo					
Empresas do grupo	16	2.149.892	-	2.149.892	2.987.171
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	9.321
Estado e outros entes públicos	50	2.054.828	-	2.054.828	1.591.274
Outros devedores		98.724	-	98.724	1.860.429
		<u>4.303.444</u>	<u>-</u>	<u>4.303.444</u>	<u>6.448.195</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	17 e 21	83.088.556	966.199	82.122.357	2.771.701
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários					
Depósitos bancários	52	17.841.185		17.841.185	67.587.463
Caixa		308		308	6.142
		<u>17.841.493</u>		<u>17.841.493</u>	<u>67.593.605</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos					
Acréscimos de proveitos	51	37.183		37.183	2.459.642
Custos diferidos					
Custos diferidos	51	789.338		789.338	37.166
		<u>826.521</u>		<u>826.521</u>	<u>2.496.808</u>
Total de amortizações			824.021		
Total de ajustamentos			3.998.695		
Total do activo		<u>387.016.431</u>	<u>4.822.716</u>	<u>382.193.715</u>	<u>181.163.341</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2007.

COFINA, S.G.P.S., S.A.**BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio e passivo	Notas	2007	2006
Capital próprio:			
Capital	36 e 40	25.641.459	25.641.459
Prémios de emissão de ações	40	15.874.835	15.874.835
Reservas:			
Reserva legal	40	5.409.144	5.128.293
Reservas livres	40	34.794.316	33.047.948
Resultados transitados	40	(333.672)	(333.672)
Resultado líquido do exercício	40	<u>132.017.337</u>	<u>2.947.441</u>
		<u>213.403.419</u>	<u>82.306.304</u>
Passivo:			
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		-	14.963.939
Outros empréstimos obtidos	48	50.000.000	50.000.000
Empréstimos por obrigações	49	<u>50.000.000</u>	<u>-</u>
		<u>100.000.000</u>	<u>64.963.939</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	3.000.000	5.985.575
Outros empréstimos obtidos	48	18.750.000	3.750.000
Fornecedores, conta corrente		9.538	9.784
Empresas do grupo	16	41.434.776	4.331.132
Accionistas		-	2.564.146
Estado e outros entes públicos	50	2.042.906	2.134.668
Outros credores		<u>789.566</u>	<u>13.051.482</u>
		<u>66.026.786</u>	<u>31.826.787</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	51	<u>2.763.510</u>	<u>2.066.311</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>382.193.715</u></u>	<u><u>181.163.341</u></u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2007.

COFINA, S.G.P.S., S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**
(Montantes expressos em Euros)

Custos e perdas	Notas	2007	2006
Fornecimentos e serviços externos		175.541	267.097
Custos com o pessoal:			
Remunerações		104.511	99.174
Encargos sociais		24.919	22.802
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	7.974	12.139
Impostos		29.475	28.546
Outros custos e perdas operacionais		247	10.247
(A)		<u>342.667</u>	<u>440.005</u>
Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	21 e 45	964.180	-
Juros e custos similares:			
Outros	45	3.975.286	2.196.280
(C)		<u>5.282.133</u>	<u>2.636.285</u>
Custos e perdas extraordinários	46	2.598	284.678
(E)		<u>5.284.731</u>	<u>2.920.963</u>
Imposto sobre o rendimento do período		1.184	6.116
(G)		<u>5.285.915</u>	<u>2.927.079</u>
Resultado líquido do período		<u>132.017.337</u>	<u>2.947.441</u>
		<u><u>137.303.252</u></u>	<u><u>5.874.520</u></u>
Proveitos e ganhos	Notas	2007	2006
Reversões de amortizações e ajustamentos		-	444.852
(B)		<u>-</u>	<u>444.852</u>
Rendimentos de participações de capital	45	135.848.292	-
Juros e proveitos similares:			
Outros	45	1.404.356	5.426.144
(D)		<u>137.252.648</u>	<u>5.870.996</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	50.604	3.524
(F)		<u>137.303.252</u>	<u>5.874.520</u>
<u>Resumo:</u>			
Resultados operacionais:	(B) - (A)	<u>(342.667)</u>	<u>4.847</u>
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	<u>132.313.182</u>	<u>3.229.864</u>
Resultados correntes:	(D) - (C)	<u>131.970.515</u>	<u>3.234.711</u>
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	<u>132.018.521</u>	<u>2.953.557</u>
Resultado líquido do período:	(F) - (G)	<u>132.017.337</u>	<u>2.947.441</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cofina, S.G.P.S., S.A. (“Cofina” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto e que tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 16), sendo as suas acções cotadas na NYSE Euronext Lisboa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Dado que a Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) e que, na opinião da Administração, reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Empresa e os resultados das suas operações, a Empresa mantém nas contas individuais os investimentos financeiros, nomeadamente em empresas do grupo, ao custo de aquisição, não aplicando assim o método de equivalência patrimonial.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente despesas com o aumento de capital e despesas com a definição da imagem corporativa, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

c) Investimentos financeiros

As partes de capital em empresas do Grupo, associadas e outras empresas, bem como os investimentos em títulos e outras aplicações financeiras são registados ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra, sendo reconhecidos os ajustamentos necessários para reduzir o montante dos investimentos financeiros ao seu valor líquido de realização estimado.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição (Nota 45).

d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado, sendo registados ajustamentos à quantia assentada dos títulos negociáveis na rubrica “Ajustamentos de títulos negociáveis” para reflectir a diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização, nos casos em que este é inferior ao custo na data do balanço.

(Montantes expressos em Euros)

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 51).

f) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizá-los. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

g) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas na rubrica "Reservas livres".

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) e, deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), registando cada uma das sociedades abrangidas por este regime o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Empresas do grupo" (Nota 16). Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

O detalhe dos activos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram reportados a 1 de Janeiro de 2007, é como segue:

	Activos por impostos diferidos
Relativos a:	
Prejuízos fiscais reportáveis	1.755.966
Provisões não aceites para efeitos fiscais	804.147
	<u>2.560.113</u>

O Conselho de Administração da Cofina decidiu não proceder ao registo dos activos por impostos diferidos nas suas demonstrações financeiras numa óptica de prudência.

(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos no período findo em 30 de Junho de 2007, e os impactos que existiriam caso aqueles activos tivessem sido objecto de registo contabilístico, podem ser detalhados como segue:

	Activos por impostos diferidos
Saldo inicial	2.560.113
Efeito em resultados:	
Prejuízos fiscais reportáveis	(368.725)
Provisões não aceites para efeitos fiscais	255.508
Saldo final	<u>2.446.896</u>

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa não tinha situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 a empresa tinha ao seu serviço 7 pessoas.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi como segue:

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	461.818	-	-	-	461.818
Despesas de investigação e desenvolvimento	107.494	-	-	-	107.494
Propriedade industrial e outros direitos	21.291	-	-	-	21.291
	<u>590.603</u>	-	-	-	<u>590.603</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento administrativo	164.804	1.699	-	-	166.503
Outras imobilizações corpóreas	98.950	254	-	-	99.204
	<u>263.754</u>	<u>1.953</u>	-	-	<u>265.707</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	269.126.529	-	-	-	269.126.529
Partes de capital em empresas associadas	146.900	-	-	-	146.900
Partes de capital em outras empresas	507.500	-	-	-	507.500
Títulos e outras aplicações financeiras	54.500.000	-	(46.680.822)	-	7.819.178
Outros empréstimos concedidos	2.500.000	-	-	-	2.500.000
	<u>326.780.929</u>	-	<u>(46.680.822)</u>	-	<u>280.100.107</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforços	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	461.818	-	-	461.818
Despesas de investigação e desenvolvimento	102.687	1.201	-	103.888
Propriedade Industrial e Outros Direitos	20.736	139	-	20.875
	<u>585.241</u>	<u>1.340</u>	-	<u>586.581</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	141.731	4.780	-	146.511
Outras imobilizações corpóreas	89.075	1.854	-	90.929
	<u>230.806</u>	<u>6.634</u>	-	<u>237.440</u>
Investimentos financeiros:				
Partes capital em empresas do grupo	24.996	-	-	24.996
Partes de capital em outras empresas	507.500	-	-	507.500
Outros empréstimos concedidos	2.500.000	-	-	2.500.000
	<u>3.032.496</u>	-	-	<u>3.032.496</u>

A coluna "Alienações e abates" da rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" corresponde ao reembolso de prestações suplementares efectuado pela subsidiária F. Ramada – Participações, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em Euros)

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADASa) Partes de capital em empresas do grupo

Em 30 de Junho de 2007, a composição dos investimentos financeiros em empresas do grupo, bem como a informação financeira obtida das demonstrações financeiras naquela data das principais participações, era como segue:

Nome	%	Montante	Activo	Total do capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido
Cofina Media, SGPS, S.A. (a)	100%	222.000.260	158.687.805	104.513.374	67.958.670	6.011.998
F. Ramada – Participações, SGPS, S. A.	100%	43.550.000	62.301.168	62.291.004	-	-
Cofina B.V.	100%	3.525.500	54.103.878	2.439.671	1.172.781	160.010
Outras participações		50.769				
		<u>269.126.529</u>				

(a) – demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

b) Partes de capital em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica inclui participações em empresas não cotadas.

c) Partes de capital em outras empresas

Em 30 de Junho de 2007 esta rubrica refere-se a participações em empresas não cotadas cujo valor líquido estimado de realização é nulo, encontrando-se totalmente provisionadas.

d) Títulos e outras aplicações financeiras

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica corresponde a prestações acessórias/suplementares concedidas a empresas participadas.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2007 e 2006 a Empresa preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro, das quais se apresenta um resumo dos principais dados financeiros:

	Junho de 2007	Junho de 2006
Total do activo líquido consolidado	245.512.839	240.113.759
Total do capital próprio consolidado (a)	61.821.997	52.839.286
Total dos interesses minoritários constantes do balanço	2.861.068	116.468
Lucro consolidado do período (b)	5.689.087	5.385.833

(a) – incluindo interesses minoritários

(b) – incluindo o resultado líquido do período atribuível aos accionistas minoritários

Em 30 de Junho de 2007, os principais saldos com Empresas do Grupo podem ser detalhados como se segue:

	Empresas do Grupo (activo)	Empresas do Grupo (passivo)
Presselivre – Imprensa Livre, S.A.	1.788.826	24.000.000
Edisport – Sociedade de Publicações Desportivas, S.A.	8.263	17.350.000
F.Ramada - Participações, S.G.P.S.,S.A.	-	21.073
Cofina Media, S.G.P.S., S.A.	-	39.544
Mediafin, S.G.P.S., S.A.	85.795	-
Edirevistas, S.A.	23.632	-
Canal Negócios – Edição de Publicações, Lda.	10.820	-
Cofina Com II, S.G.P.S., S.A.	104.791	-
Outros	127.765	24.159
	<u>2.149.892</u>	<u>41.434.776</u>

(Montantes expressos em Euros)

O montante registado na rubrica do activo “Empresas do grupo” inclui 2.068.724 Euros correspondentes a saldos a receber do grupo no âmbito do RETGS (Nota 6).

Os montantes registados na rubrica do passivo “Empresas do grupo” relativos às subsidiárias Presselivre – Imprensa Livre, S.A. e Edisport – Sociedade de Publicações Desportivas, S.A. referem-se a empréstimos de curto prazo concedidos à Cofina, os quais vencem juros a taxas de mercado.

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 30 de Junho de 2007 a rubrica “Outros títulos negociáveis” corresponde essencialmente a títulos cotados em bolsa, os quais se encontram registados ao valor de mercado.

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS AJUSTAMENTOS DAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, os movimentos ocorridos nos ajustamentos das rubricas do activo circulante foram como segue:

	Saldo inicial	Ajustamentos		Saldo final	
		Aumentos	Utilizações		Reversões
Outros títulos negociáveis (Nota 45)	2.019	964.180	-	-	966.199
	<u>2.019</u>	<u>964.180</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>966.199</u>

O valor registado na coluna “Aumentos” corresponde ao ajustamento necessário para reduzir o valor dos títulos negociáveis ao seu valor estimado de realização.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2007, a Cofina tinha constituído garantias cujo detalhe é como segue:

- penhor de 88.883.450 acções da Cofina Media, S.G.P.S., S.A. como garantia de uma facilidade de crédito em depósito à ordem obtida junto do Banco BPI, S.A., que em 30 de Junho de 2007 não se encontrava a ser utilizada;
- promessa de penhor com procuração irrevogável de 88.883.450 acções da Cofina Media, S.G.P.S., S.A. como garantia do Programa de Papel Comercial contratado com o Banco BPI, S.A. cujo saldo em dívida em 30 de Junho de 2007 ascendia a 3.750.000 Euros;
- promessa de penhor com procuração irrevogável de 88.883.450 acções da Cofina Media, S.G.P.S., S.A. como garantia do Programa de Papel Comercial contratado com o Banco BPI, S.A. cujo saldo em dívida em 30 de Junho de 2007 ascendia a 15.000.000 Euros.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 102.565.836 acções com o valor nominal de 25 cêntimos de Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2007:

- Cofihold, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em Euros)

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	25.641.459	-	-	-	25.641.459
Prémios de emissão de acções	15.874.835	-	-	-	15.874.835
Reservas:					
Reserva legal	5.128.293	-	-	280.851	5.409.144
Reservas livres	33.047.948	-	-	1.746.368	34.794.316
Resultados transitados	(333.672)	-	-	-	(333.672)
Resultado líquido do período	<u>5.617.023</u>	<u>132.017.337</u>	<u>(3.589.804)</u>	<u>(2.027.219)</u>	<u>132.017.337</u>
Total	<u>84.975.886</u>	<u>132.017.337</u>	<u>(3.589.804)</u>	<u>-</u>	<u>213.403.419</u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral de accionistas realizada em 29 de Março de 2007, foi deliberado que o resultado líquido do exercício de 2006 fosse distribuído como segue:

Reserva legal	280.851
Reservas livres	1.746.368
Dividendos	3.589.804

	5.617.023
	=====

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.955.445	1.672.652
Ajustamentos de aplicações financeiras (Nota 21)	964.180	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	130
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	798.474	309.885
Outros custos e perdas financeiros	221.367	213.613
	-----	-----
	4.939.466	2.196.280
Resultados financeiros	132.313.182	3.229.864
	-----	-----
	137.252.648	5.426.144
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	890.260	704.059
Ganhos de participações de capital	135.848.292	-
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	514.096	4.722.085
	-----	-----
	137.252.648	5.426.144
	=====	=====

As rubricas "Perdas na alienação de aplicações de tesouraria" e "Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria" referem-se a perdas e ganhos obtidos na alienação de títulos de empresas cotadas.

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica “Ganhos de participações de capital” do período findo em 30 de Junho de 2007 inclui, essencialmente, a distribuição de reservas da empresa participada F. Ramada – Participações, SGPS, S.A.

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	400	250.400
Multas e penalidades	313	738
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.885	33.527
Outros custos e perdas extraordinários	-	13
	-----	-----
	2.598	284.678
Resultados extraordinários	48.006	(281.154)
	-----	-----
	50.604	3.524
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Correcções relativas a exercícios anteriores	50.318	3.519
Outros proveitos e ganhos extraordinários	286	5
	-----	-----
	50.604	3.524
	=====	=====

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2007, o detalhe dos empréstimos obtidos junto de instituições de crédito era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos bancários:		
Descobertos	3.000.000	-
	=====	=====

Estes empréstimos bancários vencem juros a taxas de mercado.

A rubrica “Outros empréstimos obtidos” pode ser detalhada como segue:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Papel comercial	18.750.000	50.000.000
	=====	=====

A parcela de médio e longo prazo será liquidada numa prestação única em 2010.

49. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Durante o primeiro semestre de 2007, a Empresa emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 50.000.000 Euros com vencimento e reembolso numa prestação única em Setembro de 2015. As obrigações vencem juros semestrais e postecipados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,875%.

(Montantes expressos em Euros)

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Imposto a recuperar	1.057.308
Retenções na fonte	900.730
Pagamento especial por conta	96.790

	2.054.828
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 6)	2.033.123
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:	
Retenções na fonte	2.919
Imposto sobre o Valor Acrescentado	107
Contribuições para a Segurança Social	6.757

	2.042.906
	=====

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos das rubricas de acréscimos diferimentos tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	37.183
	=====

Custos diferidos

Comissões referentes ao empréstimo obrigacionista (Nota 49)	692.295
Comissões referentes a papel comercial	95.240
Outros	1.803

	789.338
	=====

Acréscimos de custos:

Juros a liquidar	2.707.323
Remunerações a liquidar	55.963
Outros	224

	2.763.510
	=====

Aquando da emissão do empréstimo obrigacionista no montante de 50.000.000 Euros (Nota 49) a Empresa incorreu numa despesa relativa à comissão de montagem do mesmo, a qual se encontra a ser diferida e reconhecida na demonstração dos resultados durante o período do empréstimo.

52. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica podia ser detalhada como segue:

Depósitos a prazo (vencíveis a menos de 3 meses)	17.550.000
Depósitos à ordem	291.185

	17.841.185
	=====

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 da Cofina, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 382.193.715 Euros e capitais próprios de 213.403.419 Euros, incluindo um resultado líquido de 132.017.337 Euros), na Demonstração dos resultados por naturezas do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 não esteja, para os fins indicados no parágrafo 9 abaixo, isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.c) do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são apresentados ao mais baixo dos valores de custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Empresa irá preparar e publicar separadamente, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia.

Porto, 6 de Setembro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral